

UNIVERSIDADE E DESIGUALDADE SOCIAL

Projetos de Extensão (PAJUP), e a Desigualdade Social em São Luís

Bruno Costa Lorêdo¹

Célio Rodrigues Dominices Filho²

Sumário: – Introdução. 1 – Conceitos de Extensão Universitária. 2 – Projeto de Acessoria Jurídica Popular (PAJUP). 3 – Conclusão. – ANEXO 1. – ANEXO 2. – Referências.

Resumo: A Tragédia da Desigualdade Social está presente e muito visível nos centros urbanos de praticamente todas as grandes cidades do Brasil. O Maranhão é o Estado mais pobre da Federação, e sua capital São Luís é uma das capitais mais pobres do país. A Desigualdade na cidade de São Luís parece ser uma realidade desenfreada, mas existem vários grupos que visam a diminuição deste quadro trágico. As universidades da cidade, como centros criadores de conhecimento têm uma responsabilidade social, e o intercâmbio entre a mesma e a sociedade se dá em grande parte nos seus projetos de extensão. Projetos de Extensão são grupos acadêmicos que visam promover a relação transformadora entre universidade e sociedade. Em São Luís, um destes projetos de destaca, o Projeto de Acessoria Jurídica Popular (PAJUP).

Palavras-Chave

Desigualdade. Extensão. PAJUP

Introdução

O presente artigo científico destina-se a apresentação de um estudo a respeito dos projetos universitários de pesquisa e extensão promovidos por faculdades particulares em São Luís do Maranhão, mais especificamente em relação ao Projeto de Acessoria Jurídica Popular, o PAJUP, promovido pelo curso de Direito da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco.

1Acadêmico do 2º período de Direito da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco.
(bruno_loredo1@hotmail.com)

2Acadêmico do 2º período de Direito da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco
(cdominices@hotmail.com)

Os conceitos sobre projetos de extensão, os seus preceitos e suas finalidades serão discutidos neste documento. Mais especificamente, serão explicitadas as entranhas do PAJUP, como suas áreas de atuação, suas finalidades, suas idéias, seus princípios desde seu surgimento até os dias atuais. Serão divulgados também neste documento, quais são os seus métodos de ação dentro de específicas comunidades dentro da cidade de São Luís e quais dos seus objetivos já foram alcançados.

1 Conceitos de Extensão Universitária

É sabido que as universidades são instituições de criação de conhecimento, de criação de profissionais, e que estes profissionais um dia terão que ir de encontro à realidade que os cerca. Desta forma, “as universidades parecem transformar-se cada vez mais em escolas de profissionais destinadas a produzir funcionários, técnicos em todos os níveis, esquecendo-se de sua missão de formar a inteligência, de promover, inventar e reinventar, a cultura no seio de um mundo que se desfaz e refaz”³.

A falta destes projetos dentro da universidade é inadmissível, visto que são tais que levam as teorias para dentro da sociedade, "Pesquisa e extensão são ausências injustificáveis no processo do ensinar, ausências que fecham portas à realidade. A volta da escola à rua – a consolidação da união entre ensino, pesquisa e extensão – permite o confronto entre as teorias e o mundo, e permite arejar o discurso do ensino".⁴

A partir destes conceitos, as universidades promovem a formação de grupos e projetos de extensão universitária, a fim de estreitar a relação entre a instituição educativa e a sociedade. A extensão é o ato dialogal da universidade com a sociedade, portanto é a troca de saberes, o saber científico e o saber popular, como explica Paulo Freire no recorte seguinte:

“Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde ‘sede do saber’, até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’, com este saber, os que habitam nesta.

³JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1975. p. 181.

⁴CORTIANO JUNIOR., Eroulths. **O Discurso Jurídico da propriedade e suas rupturas: uma análise do Ensino do Direito de propriedade**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2002. p. 237.

Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.”⁵

Há uma renovação das idéias sobre as principais funções da universidade, a partir do momento que os projetos de extensão são vistos como processos educativos e comunicativos. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas Brasileiras conceitua o projeto de extensão como “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”.⁶

Estes projetos mudam a visão social das universidades apenas como escolas tecnicistas, pois trazem a universidade para uma conferência com a sociedade. Pode-se dizer também, que a educação popular trazida por esses projetos, traz a democracia, ela liberta. Paulo Freire vem a dizer que “O problema para nós prossegue, transcende a erradicação do analfabetismo e se situa na necessidade de erradicarmos também a nossa ‘inexperiência democrática’, através de uma educação para a democracia, numa sociedade que se democratiza”⁷

Uma crítica é feita aos “extensionários” quando um projeto se dá apenas na introdução de conceitos técnicos a uma sociedade leiga e quando este projeto vem a se confundir com programas assistenciais.

Em entrevista, o mestre em Direito Elton Fogaça da Costa veio a comentar qual a verdadeira função de um projeto de extensão, relacionando o tema com o projeto de extensão e pesquisa da qual é um dos coordenadores, o Projeto de Acessoria Jurídica Popular, o PAJUP, que atua em alguns bairros pobres da cidade de São Luís:

⁵FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. 13a Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2006. p. 15.

⁶NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.) **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas (Documentos básicos do Fórum nacional de Pró-Reitores de extensão das universidades públicas brasileiras)**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000. p. 11.

⁷FREIRE, Paulo. **Educação e Atualidade Brasileira**. 2^a ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. p. 87.

“Então se percebe que aqui são criados muitos programas, mas programas de assistência que só geram dependência. Existe uma situação de dependência muito grande, sobretudo quando você entra num bairro da periferia de São Luís. Você percebe que os moradores estão habituados a esperar isso quando alguém chega de fora, é como se estes estivessem querendo dar alguma coisa. Esse foi um dos problemas que nós encontramos quando fomos implantar este trabalho de extensão, pois essas pessoas por estarem habituadas a receber alguns programas de assistência, pensam que qualquer trabalho é um trabalho de assistência.

Nós queremos romper com a assistência, pois assistência só gera dependência, e é por conta disso que nós pensamos em criar um trabalho que pudesse propiciar essa autonomia, propiciar empoderamento, que essas comunidades pudessem se conscientizar que elas são sujeitos de Direito, que são sujeitos políticos e que podem participar ativamente da vida política do Estado, ocupando o espaço público, no sentido de reivindicar, postular seus direitos, e uma vez conscientes de seus direitos, elas possam se mobilizar e se organizar.”⁸

Tomando como base os conceitos explícitos, podemos concluir que projeto de extensão é um projeto que visa o intercâmbio entre a Universidade e a Sociedade, visando a troca mútua de conhecimentos, mas nunca como iniciativa assistencial, e sim reflexiva e esclarecedora.

2 Programa de Acessoria Jurídica Popular (PAJUP)

O Programa de Acessoria Jurídica Popular, o PAJUP, diferentemente da maioria dos outros projetos de extensão universitária, foi de iniciativa dos próprios estudantes da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB).

O PAJUP é embasado na Educação Popular, tão comentada por Paulo Freire. A Educação Popular diz respeito à conscientização social, à libertação por meio da educação que é transmitida à sociedade por meio da dialética.

Tal projeto de extensão age em localidades que possuem as condições mínimas de sobrevivência em estado precário, como Divinéia e Vila Luizão, onde saneamento básico, asfaltamento de vias públicas e tratamento de esgoto, por exemplo, que devem ser assegurados por instituições públicas, estão num estado de precariedade total.

Esta realidade se apresenta como invisível para a maioria da população de classe média-alta da cidade. O PAJUP tem como proposta combater a “invisibilidade da miséria” e gerar um quadro de transformação social nas comunidades injustiçadas pelo

⁸SILVA, Elton Fogaca da. **PAJUP e o combate a Desigualdade Social.** São Luís, p. 2-3, 11 nov. 2009. Entrevista concedida a B.C. Lorêdo e C.R. Dominices Filho. p. 3-4

sistema desigual vigente, como explica o Professor Elton Fogaça, um dos coordenadores do projeto no seguinte recorte:

“Em função disso que nós pensamos na função da universidade como centro de produção de conhecimento, mas não como qualquer centro de produção de conhecimento, mas como centro de produção de conhecimento comprometido com a transformação e que nós identificamos no curso de direito uma proposta que tem como missão gerar um quadro de transformação, de agir nesse cenário profundamente desigual e de alguma forma contribuir para reduzir essas desigualdades. Por conta disso, que nosso trabalho passou a ser um trabalho de acessória jurídica, fundamentada nas bases da educação popular de Paulo Freire, no trabalho teoricamente fundado do pensamento jurídico crítico, de modo que nós pudéssemos problematizar a realidade socioeconômica e política do Estado.”⁹

O PAJUP não é um programa que faz acessória, ele apenas conscientiza os cidadãos das localidades em que atua, para que os mesmos venham a se organizar e se mobilizar socialmente. Como podemos concluir, o PAJUP é um projeto inovador, que tenta cumprir o real propósito de uma comunidade que é de produzir o conhecimento, mas relacioná-lo com a realidade exposta nas ruas da cidade, trazendo então um caráter de transformação social ao projeto, como explicita o professor Elton Fogaça:

“Nós não queremos nos colocar em uma situação de alguém que sabe e que vai levar seu conhecimento. Vai estender seu conhecimento para aqueles que não sabem, não é essa nossa proposta, nossa proposta é conhecer as demandas da comunidade e dialogar com a comunidade e não pensar em um trabalho para a comunidade, mas um trabalho com a comunidade. Por conta disso, pensar exatamente numa forma de emancipação na qual nós inclusive nos emancipemos, colocando-nos como sujeitos dessa comunidade tendo em mente que o destino de um, é o destino de todos, todos nós estamos envolvidos nesse processo. Por conta disso nos criamos esse programa de acessória jurídica popular, um programa de extensão, partindo da indisociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ele propõe cumprir o propósito de uma universidade. Ser um centro de produção do conhecimento comprometido com a transformação, no sentido de procurar combater a invisibilidade da miséria e de gerar conscientização de direitos, de realizar um trabalho de educação política, mas política no que diz respeito ao compromisso com a *res publica*, a transformação do espaço onde nós vivemos, de modo que orientemos nossas ações para o bem comum.”¹⁰

Desde a sua fundação, o projeto já colheu vários frutos, vários objetivos já foram alcançados. A sociedade, esclarecida em relação aos seus direitos, veio a mobilizar-se e organizar-se, buscando então os seus direitos. Melhorias já são visíveis

⁹Ibid.

¹⁰Ibid. p. 4

na comunidade, e a empolgação dos alunos com o projeto é clara, como explica o professor:

“Desde que nós chegamos no local, percebemos em algumas mulheres um poder de mobilização, de modo que se criou um grupo de mulheres na Vila Luizão, e hoje esse grupo já criou uma mobilização afim de fazer valer os seus direitos. Já percebemos entre eles o que nós queríamos: a mobilização e a organização, porque a organização juntamente com a mobilização gera a emancipação, o empoderamento. Assim podemos perceber hoje traços de empoderamento nesses grupos que ali foram constituídos. Até mesmo nos nossos alunos percebemos a possibilidade de pensar em direito não só a partir dos velhos manuais de doutrina, mas que pudessem entender o Direito como fenômeno social e político bem amplo, e que com isso conseguissem despertar um senso crítico nos alunos. Percebemos a importância dessa troca de conhecimento para a formação dos nossos alunos. Não só a sociedade saiu ganhando, mas todos nós que participamos. Com isso nos já visualizamos outros resultados que viram a médio e longo prazo. “¹¹

São altamente positivos os resultados obtidos pelo projeto, e tais resultados mostram que o preconceito com essas iniciativas e todas as dificuldades apresentadas no decorrer do percurso feito pelo PAJUP foram desconsiderados. Outros projetos de extensão universitária como o PAJUP agem em outras da cidade, e são um dos responsáveis pela aproximação entre universidade e sociedade, e contribuintes para a mínima, mas persistente diminuição do quadro social ludovicense.

3. Conclusão

Pode-se concluir que a desigualdade social ainda é algo muito evidente dentro da sociedade ludovicense. Os contrastes são visíveis, e este parece ser um fenômeno desenfreado. Muitos são indiferentes à situação social da cidade, pois se trancam na sua bolha e fecham os olhos pra realidade que os cerca.

Mas podem-se ver algumas tentativas de mudança, de combate a esta desigualdade, e uma destas, são as das universidades, que tentam atender a sua responsabilidade social através de projetos de extensão como o PAJUP promovido pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco. Tais projetos visam um diálogo direito entre a universidade e a sociedade, levando conscientização aos cidadãos, a conscientização de seus direitos.

Tal conscientização trás a organização, e a mobilização popular, o que leva os cidadãos a buscarem seus direitos por vontade própria. Tais iniciativas já colheram

¹¹Ibid.

muitos frutos, e isso ajuda a desmascarar um pouco a miséria escondida aos olhos da classe média-alta. Isso é bem pouco, mas já é alguma tentativa de mudança, todas estas iniciativas são válidas.

ANEXO 1: Entrevista: PAJUP e o Combate a Desigualdade Social

Entrevistado: Prof. Elton Fogaça

1. Como cidadão vindo de outro Estado, qual foi sua primeira reflexão acerca do quadro social maranhense?

A primeira impressão que tive quando cheguei ao Maranhão, não foi uma impressão sobre o quadro geral da desigualdade, mas eu já tinha uma idéia sobre o estado do Maranhão porque obviamente eu acompanho os índices que saem nos jornais, então eu já sabia que o estado do Maranhão era o Estado mais pobre da federação.

No entanto o que se torna assustador em São Luís e talvez isso não seja tão esperado pra quem vem de fora, diz respeito exatamente ao tema do trabalho de vocês, ou seja, essas profundas desigualdades sociais. Esta foi a primeira impressão que tive quando cheguei aqui, sobretudo quando fui procurar um lugar pra eu morar, porque eu percebi uma dissimilariedade muito grande na cidade, percebi que dentro dessa ilha maior,

existe em verdade aqui no município de São Luís, sem considerar os demais municípios obviamente, que existe uma ilha menor. Essa ilha que é composta por cinco ou seis bairros, que é exatamente onde está este entorno, portanto estas áreas têm um determinado padrão de vida, ao passo que se a gente saísse um pouquinho daqui e fosse pra periferia, você já vai ver na verdade outro padrão.

Pela primeira impressão que tive me pareceu algo um pouco degradante quando você vê cidades sem nenhum sistema adequado de saneamento básico. Isso de certo modo passa a assustar muito aquele que aqui está chegando. Então hoje, o estado do Maranhão passa por um processo de desenvolvimento. Particularmente, São Luís e seu entorno passam por um processo que muitas cidades do centro-sul do Brasil, e algumas cidades inclusive do Nordeste passaram na década de 70 e 80, então a gente percebe que em algumas circunstâncias, pode-se dizer que o Estado vem se desenvolvendo de modo muito tardio, e com isso, hoje não só a questão da invisibilidade da miséria, mas o que mais gera um incômodo naquele que aqui chega, diz respeito sobretudo a questão política do Estado (política que eu falo não no sentido de pensar politicagem, não pensar na organização política partidária), eu falo política, no que diz respeito a acomodação, quando você percebe aqui na cidade, sobretudo de no que diz respeito a programas assistencialistas que são voltados a manter essa situação de desigualdade, programas que só geram dependência, pra mim foi bem sintomático quando eu pude acompanhar um período eleitoral.

Eu acho que isso é bem típico, por exemplo, se você fizer uma viagem como eu fiz do aeroporto até aqui no bairro do Renascença. Destaque para o contraste do final da Avenida dos Africanos e a entrada da Avenida dos Holandeses. Passando por tais avenidas você pode perceber um retrato da desigualdade social presente na cidade. Então isso demonstra um cenário de certo modo assustador porque para uma cidade ou para um Estado, que apresenta um índice social e humano tão ruim perante os índices sociais que são apresentados, o custo de vida, por exemplo, nesse entorno, nesta pequena ilha acaba sendo um custo de vida exacerbado se considerar outras cidades e outros pólos regionais deste país. Aqui você acaba percebendo que as pessoas que moram nessa pequena ilha no mais das vezes acabam ficando aqui, aqui, aqui... E

acabam em verdade não conhecendo um pouquinho da miséria que mora exatamente do seu lado nos demais bairros da cidade (exemplo Lagoa da Jansen).

O custo de aluguel aqui é muito caro. Se considerarmos o custo dos alugueis aqui no renascimento, equivalem ao custo do aluguel do bairro dos Jardins, em São Paulo, que é uma das regiões mais caras do Brasil, no entanto na verdade, um padrão de qualidade de vida muito ruim, muito inferior a cidades que eu vivi antes de vir pra cá como Londrina, por exemplo, que eu pagava aluguel de um quarto do que pago aqui e tinha um padrão de vida muito melhor. A qualidade dos serviços prestados aqui é muito ruim no que diz respeito a saneamento básico, situação de pavimentação, e urbanização dos bairros.

2. Qual a principal motivação e inspiração para a criação do projeto que coordena?

Por conta dessas circunstâncias de desigualdade que são exacerbadas, um trabalho de extensão que pudesse ser feito seria um trabalho que partisse do primeiro pressuposto: combater a invisibilidade da miséria, porque o nosso aluno é aquele que daqui a cinco anos vai poder entrar no espaço público aquele que vai participar da vida política do estado, e enquanto agente que vai ocupar um espaço público, precisa de um modo geral que conheça a realidade do estado. Então o que nós queríamos com o trabalho de extensão era, sobretudo, combater a invisibilidade da miséria, e nisso, eu tinha alguma razão, porque fui perceber que muitos alunos meus ainda não conheciam esse mundo fora da pequena ilha. E foram conhecer esses bairros agora comigo, mesmo alguns que moravam aqui há vinte anos. Na verdade eles ouviam falar, eles viam de longe, mas eles não viam a situação na realidade. E depois eu tive oportunidade de ir ao interior do Estado, e a partir deste momento, a realidade veio a ser muito mais chocante, porque o que se percebe muita das vezes no interior é uma situação de pobreza, mas não de miséria, você percebe que é a situação daqueles que ainda não estão inseridos no sistema capitalista.

No interior você percebe que muita das vezes o individuo vive naquela casa de pau-a-pique, mora perto de uma mata onde ele pode caçar e um rio onde ele pode pescar (pelo menos é assim nos interiores que pude visitar, não tenho uma visão de todo o Estado). Então eles conseguem viver de uma forma muito simples, são pessoas que são pobres porque não estão inseridas no sistema capitalista, mas não necessariamente miseráveis.

3. Vocês tiveram algum tipo de dificuldade quando foram implantar esse projeto de extensão?

Podemos perceber que aqui são criados muitos programas, mas programas de assistência que só geram dependência. Existe uma situação de dependência muito grande, sobretudo quando você entra num bairro da periferia de São Luís. Você percebe que os moradores estão habituados a esperar isso quando alguém chega de fora, é como se estes estivessem querendo dar alguma coisa

Esse foi um dos problemas que nós encontramos quando fomos implantar este trabalho de extensão, pois essas pessoas por estarem habituadas a receber alguns programas de assistência, pensam que qualquer trabalho é um trabalho de assistência.

Nós queremos romper com a assistência, pois a assistência só gera dependência, e é por conta disso que nós pensamos em criar um trabalho que pudesse propiciar essa autonomia, propiciar empoderamento, que essas comunidades pudessem se conscientizar que elas são sujeitos de Direito, que são sujeito políticos e que podem participar ativamente da vida política do Estado, ocupando o espaço público, no sentido de reivindicar, postular seus direitos, e uma vez conscientes de seus direitos, elas possam se mobilizar e se organizar.

4. Como o senhor acha que os projetos de extensão e pesquisa promovidos por faculdades podem ajudar a diminuir o quadro da desigualdade econômica e social no Estado do Maranhão? Em sua opinião é possível?

A função da universidade é ser um centro de produção de conhecimento, mas não como qualquer centro de produção de conhecimento, mas como centro de produção de conhecimento comprometido com a transformação e que nós identificamos no curso de direito uma proposta que tem como missão gerar um quadro de transformação, de agir nesse cenário profundamente desigual e de alguma forma contribuir para reduzir essas desigualdades. Por conta disso, que nosso trabalho passou a ser um trabalho de acessória jurídica, fundamentada nas bases da educação popular de Paulo Freire, no trabalho teoricamente fundado do pensamento jurídico crítico, de modo que nós pudéssemos problematizar a realidade socioeconômica e política do Estado. Trabalhamos de modo que nós pudéssemos conhecer as demandas da população, seus problemas, a sua verdadeira realidade, e a partir das demandas da comunidade,

poderíamos pensar numa forma de dialogo com a comunidade, uma troca de saberes. Por conta disso o nosso programa de extensão, hoje, propõe-se a ser um programa de extensão considerando extensão como: troca de saberes, o saber acadêmico e o saber popular.

Nós não queremos nos colocar em uma situação de alguém que sabe e que vai levar seu conhecimento. Vai estender seu conhecimento para aqueles que não sabem, não é essa nossa proposta, nossa proposta é conhecer as demandas da comunidade e dialogar com a comunidade e não pensar em um trabalho para a comunidade, mas um trabalho com a comunidade. Por conta disso, pensar exatamente numa forma de emancipação na qual nós inclusive nos emancipemos, colocando-nos como sujeitos dessa comunidade tendo em mente que o destino de um, é o destino de todos, todos nós estamos envolvidos nesse processo. Por conta disso nos criamos esse programa de acessória jurídica popular, um programa de extensão, partindo da indisociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ele propõe cumprir o propósito de uma universidade. Ser um centro de produção do conhecimento comprometido com a transformação, no sentido de procurar combater a invisibilidade da miséria e de gerar conscientização de direitos, de realizar um trabalho de educação política, mas política no que diz respeito ao compromisso com a *res publica*, a transformação do espaço onde nós vivemos, de modo que orientemos nossas ações para o bem comum.

5. Qual o critério para a seleção das áreas em que o projeto atuará?

O primeiro critério foi a demanda da comunidade. Nós procuramos nos orientarmos pela demanda que tínhamos, mas tínhamos várias, não foram todas as demandas que podemos atender. Procuramos entre as demandas que vieram para nós, aquelas que melhor se adequavam a nossa proposta, considerando a especificidade do curso de Direito. Muitas vezes tínhamos demandas que procuravam de nós o velho assistencialismo, e isso não nos interessava.

6. Resultados favoráveis visíveis já foram alcançados desde o inicio do projeto? Cite exemplos.

No primeiro momento, já podemos perceber dentro da comunidade um poder de mobilização e organização, e esse era nosso primeiro propósito, de que a

comunidade se conscientizasse que são sujeitos de direito, e se mobilizassem buscando uma forma de melhoria de suas vidas, tudo isso com seu próprio esforço.

Desde que nós chegamos no local, percebemos em algumas mulheres um poder de mobilização, de modo que se criou um grupo de mulheres na Vila Luizão, e hoje esse grupo já criou uma mobilização afim de fazer valer os seus direitos. Já percebemos entre eles o que nós queríamos: a mobilização e a organização, porque a organização juntamente com a mobilização gera a emancipação, o empoderamento. Assim podemos perceber hoje traços de empoderamento nesses grupos que ali foram constituídos. Até mesmo nos nossos alunos percebemos a possibilidade de pensar em direito não só a partir dos velhos manuais de doutrina, mas que pudessem entender o Direito como fenômeno social e político bem amplo, e que com isso conseguissem despertar um senso crítico nos alunos. Percebemos a importância dessa troca de conhecimento para a formação dos nossos alunos. Não só a sociedade saiu ganhando, mas todos nós que participamos. Com isso nos já visualizamos outros resultados que viram a médio e longo prazo.

Hoje as mulheres através de seu esforço já conseguiram melhorias não só para elas, mas para toda a comunidade. Conseguiram cursos de bijuterias, corte e costura, etc. Hoje, as mulheres já vão expandir sua sede, e tudo isso por conta deles mesmos e dessa autonomia gerada por conta de nossos esclarecimentos. Já estão fazendo projetos de modo que eles possam ter um espaço físico maior para o grupo. Isso tudo vem da iniciativa delas, isso era exatamente o que nós queríamos... Que eles se mobilizem e tenham autonomia. Uma vez autônomos, eles vão precisar em algum momento de nossa acessoria, mas uma acessória sempre pensando na autonomia das pessoas que ali estão.

ANEXO 2: Visita ao Grupo de Mulheres da Vila Luizão

Descrição: O PAJUP faz uma atividade com os moradores baseada em uma situação do cotidiano e pede para que as pessoas a resolvam.

O seguinte problema foi passado:

TEMA: Direito de Vizinhança

Situação passada:

1. Um casal comprou um terreno de 15 m². Um homem comprou o terreno localizado nos fundos do imóvel do casal, cuja área deveria ser de 17 m². Este

homem, ao fazer a metragem de seu terreno descobriu que área era inferior aos 17 m² e resolveu invadir o terreno do casal, cuja metragem estava correta. Como resolver isso?

O problema foi passado para as mulheres do grupo que teriam que se reunir para discutir o assunto e no encontro seguinte deveriam expor a solução que haviam dado para o caso. Depois de repassadas estas instruções pelo Profº Elton, uma mulher chamada Maria se manifestou dizendo que sabia a resposta, pois havia procurado um curso onde questões como essa já tinham sido debatidas. Todavia, mesmo contente por já saber a resposta, D. Maria decidiu não responder a pergunta e para oportunizar um debate entre suas colegas de grupo.

O Professor Elton elogiou D. Maria por sua decisão e demonstrou-se contente com a atitude tomada pela mesma de procurar um curso sobre esse tipo de situação. Na oportunidade, o professor ressaltou que Maria havia entendido o propósito PAJUP que é gerar autonomia para a comunidade através do debate e da informação. Lembrou o professor que muitas vezes as pessoas ao verem grupos como esse chegando em suas comunidades pensam que terão uma assessoria jurídica, uma pessoa alheia ao conflito para resolver os problemas, quando a real função do PAJUP não é de assessorar as comunidades, mas sim de promover o debate e levar informações para que no futuro essas pessoas tenham mais facilidades para resolver os problemas. O PAJUP é, na verdade, apenas um incentivo para que as comunidades busquem autonomia.

Ao serem inquiridas se eram vítimas de desigualdade, uma das mulheres respondeu com ironia: “Desigualdade? A gente não vê isso aqui não...”

D. Maria - que é uma espécie de líder do grupo - nos contou um fato muito interessante: na Vila Luizão existe um grande problema de com relação à água, tanto no que se refere à irregularidade na distribuição, quanto a ser imprópria para o consumo. Por esse motivo, alguns moradores uniram-se para falar com o líder da comunidade a respeito do assunto. Para a surpresa desses moradores a resposta do líder causou espanto, disse ele: “não vai adiantar nada ir reclamar na prefeitura, porque eles já estão ‘fazendo o favor’ de oferecer água de graça para a nossa comunidade e vocês ainda ficam reclamando!”.

Depois da resposta dada pelo líder alguns moradores recorreram ao grupo de mulheres e foram falar com D. Maria sobre o problema. D. Maria tomou frente e juntou-se com outras mulheres para ir até a prefeitura, ao saber disso o líder da comunidade mais uma surpreendeu dizendo: “não adianta vocês irem lá, já falei, vocês vão só gritar, gritar e calar.” D. Maria não se deixou abater e seguiu firme na idéia de ir reclamar na Prefeitura, no que fora até mesmo taxada de “louca” por alguns moradores que diziam que ela não tinha nada o que reclamar por que a água era dada de graça pela Prefeitura Municipal de São Luis, e se reclamassem das condições da água iriam desativar as bombas de água da prefeitura e chamar a CAEMA, que passaria a cobrar pelo consumo de água.

Nesse momento D. Maria fez uma pausa e desabafou: “às vezes eu me sinto cansada, porque a gente tenta fazer alguma coisa para a comunidade e tem pessoas que só sabem criticar e não querem mudança, continuam de olhos vendados e acham que o problema não é seu. Não é porque a prefeitura disponibiliza água para nossa comunidade de graça que nós não temos o direito de reclamar por uma água boa, pois é dever da prefeitura fazer isso. Ela não deve só disponibilizar água, mas distribuir água de qualidade. Essa água daqui não tem condição de ser utilizada para consumo. Várias crianças e até mesmo pessoas mais velhas já tiveram problemas de saúde por causa dessa água.”

No dia marcado as mulheres da associação se dirigiram até a prefeitura onde falaram com o responsável pelo o abastecimento de água que respondeu que apenas o líder comunitário poderia se dirigir até o local para fazer a queixa. Inconformada, uma das mulheres perguntou ao funcionário da Prefeitura se era somente o líder que votava na comunidade, rapidamente a conversa tomou outro rumo e as senhoras foram até convidadas para adentrar em uma sala, onde foi oferecida uma proposta para que o Grupo de Mulheres da Vila Luizão se juntasse com outro grupo já existente naquela comunidade e apoiado pela prefeitura.

As mulheres recusaram prontamente a proposta e foram embora. No outro dia um funcionário da prefeitura foi até a Vila Luizão e resolveram o problema. Com sentimento de dever cumprido, logo a história ganhou repercussão pela comunidade. Várias pessoas foram agradecer a iniciativa do grupo. Logo o grupo de mulheres começou a despertar admiração e ganhou respeito.

Assim que se tornou popular, Dona Maria recebeu uma proposta de um dos moradores ligados a um político, a proposta consistia no pagamento mensal de 2000 reais para que a líder comentasse o nome de certo político entre as mulheres e na comunidade. Ao receber tal proposta que, como a mesma confessou, era tentadora, chamou a atenção do rapaz e disse: “o senhor está vendo a minha casa? Até hoje ela está sem reboco, apesar disso eu não teria coragem de fazer o que está propondo, pois sei que esse é um dinheiro sujo, e quem faz uma proposta dessas com certeza não é uma pessoa de bom caráter”. Envergonhado, o rapaz despediu-se de dona Maria.

Ao término da história dona Maria se lembrou que estava chegando a época de eleições e que nesse período eles eram lembrados pelos políticos, nessa época todos os problemas era expostos, o que mostra que os problemas enfrentados pela comunidade são conhecidos pelos políticos. Então surge uma questão por que é necessário que se mantenha a desigualdade?

O professor Elton expôs sua idéia:

“É necessário que se mantenha a desigualdade, pois isso alimenta o sistema. Um político que vai até uma comunidade onde se vê que não tem infraestrutura adequada, realiza um programa, faz alguma coisa pela comunidade, mesmo que seja de 4 em 4 anos e ainda sai como um herói”

Dona Sônia, outro membro do grupo, expôs outro problema da comunidade: a falta de asfalto nas ruas, e disse que o projeto já havia saído há alguns anos, mas só será feito no final deste ano, pois segundo ela, um político interferiu para que o início das obras coincidisse com a chegada das eleições. Dessa forma, ficaria conhecido como o responsável pela obra e ganharia diversos votos na comunidade com a obra pública. Como podemos observar, existe uma não vontade do poder público em relação ao combate à desigualdade não só em nosso estado, mas em todo o Brasil podemos observar esse jogo político por aqueles que se dizem políticos, que em vez de legislar a favor da população legislam em causa própria.

Apesar de alguns tímidos avanços, podemos afirmar que muita coisa ainda tem que ser feita para mudar essa realidade. Atitudes como a criação de grupos de extensão que não são programas assistencialistas, mas que geram autonomia para que as pessoas possam conhecer seus direitos e assim reivindicá-los, seria um bom começo

para tentar amenizar esse trágico quadro de desigualdade social que acontece principalmente nas comunidades mais carentes de nossa São Luis.

REFERÊNCIAS

CORTIANO JUNIOR., Eroulths. **O Discurso Jurídico da propriedade e suas rupturas: uma análise do Ensino do Direito de propriedade.** Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação e Atualidade Brasileira.** 2^a ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação.** 13a Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2006.
JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica.** 2^a ed. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 31^a Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.) **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas (Documentos básicos do Fórum nacional de Pró-Reitores de extensão das universidades públicas brasileiras).** Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

SILVA, Elton Fogaça da. **PAJUP e o combate a Desigualdade Social.** São Luís, p. 2-3, 11 nov. 2009. Entrevista concedida a B.C. Lorêdo e C.R. Dominices Filho.